



Guarim Liberto / Gabinete Senador Acir Gurgacz



Luiz Henrique, Jorge Viana, Acir Gurgacz, Ana Amélia e o deputado federal Luis Carlos Heinze participam de debate em Esteio (RS)

## Novo texto elimina brecha para desmatamento, diz relator

Com a retirada de trechos polêmicos, Luiz Henrique pretende garantir votação tranquila do novo Código Florestal

**E**m debate realizado sexta-feira em Esteio (RS) pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, o relator do projeto do novo Código Florestal, Luiz Henrique, disse que pretende reduzir conflitos criados pelo artigo 8º da proposta, que permite o

uso das áreas de preservação permanente (APPs). Para isso, ele alterou a redação do artigo, tornando-o mais preciso, e acrescentou ao artigo 3º definições dos conceitos de "utilidade pública", "interesse social" e "baixo impacto ambiental" em relação às APPs. **3**

Fernando Stankuns

Vista aérea de São Paulo: crise internacional estimula a discussão de um novo modelo de desenvolvimento que preserve o planeta



### Subcomissão da Rio+20 debate hoje decrescimento

Consumir menos para viver melhor é a base do conceito que será discutido às 18h. **2**

### Área social não perderá com reajuste para Judiciário

Garantia foi dada por Vital do Rêgo, presidente da Comissão Mista de Orçamento, sobre aumento reivindicado pelo Poder Judiciário. **4**

### Humberto Costa defende CPMF para fortunas **4**

### Aloysio Nunes teme volta do imposto da saúde **4**



Ivo Canutto, Lindbergh, Randolfe e Gilmar Marra durante reunião em Macapá

### Comissão vê necessidade de escritórios regionais do Ecad **4**

### Manifesto pede abertura e jogo inaugural da Copa em Brasília **3**

Subcomissão de Acompanhamento da Rio+20 promove audiência pública, a partir das 18h, com o tema "Decrescimento: por que e como construir"

# Vida melhor com menos consumo em debate hoje

SE TODOS OS habitantes do mundo tivessem o mesmo nível de consumo que os norte-americanos, seriam necessários seis planetas Terra para suprir o mercado. A informação é do professor João Luiz Homem de Carvalho, do Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares da Universidade de Brasília (Ceam-UnB), que participa hoje, às 18h, de audiência pública da

Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Rio+20.

Na pauta, o tema "Decrescimento: por que e como construir" – assunto que ganha cada vez mais atenção no mundo, especialmente na Europa, desde a crise econômica de 2008. "Depois de pelo menos dois séculos do paradigma do crescimento econômico como propósito, começa a surgir a proposta de

promover o decrescimento do PIB, como uma forma de ampliar, ao mesmo tempo, o bem-estar e a garantia do equilíbrio ecológico", afirma o senador Cristovam Buarque, presidente da subcomissão.

João Luiz Carvalho lembra que 20% da Humanidade consome 86% dos recursos naturais e identifica quatro questões que precisam ser enfrentadas logo.

A primeira é a diminuição no número de automóveis, que hoje chega a 1,3 bilhão no mundo. A segunda são os sistemas de climatização, que, além do excessivo gasto de energia, contribuem com a emissão de grande volume de gases poluentes.

A política de distribuição de alimentos também precisaria ser revista, estimulando produções locais para diminuir gastos

e prejuízos ambientais com transporte. Finalmente, a obsolescência dos produtos teria de aumentar. Carvalho afirma que 80% dos artigos vão para o lixo em no máximo seis meses.

Também participarão da audiência Philippe Léna, do Instituto de Pesquisas para o Desenvolvimento, da França; e Carlos Alberto Pereira Silva, da Universidade do Sudoeste da Bahia.

Maurício Alcântara

São Paulo vista do alto: repensar níveis de consumo é a base do decrescimento, que ganha mais atenção desde a crise de 2008



## Marta Suplicy propõe a criação de faixas metropolitanas

Para superar a falta de instrumentos adequados na administração das regiões metropolitanas e de grandes conglomerados urbanos, Marta Suplicy (PT-SP) sugeriu a criação de um novo ente federativo: as faixas metropolitanas, com mais autonomia, personalidade jurídica e administração próprias.

Com os atuais sistemas de gestão das grandes cidades brasileiras, ela alega ser impossível resolver problemas como saúde, transporte e habitação.

– Estamos no século 21, mas ainda pensamos as metrópoles com mentalidade do século passado – disse a senadora, em discurso na sexta-feira.

Marta deu o exemplo da re-

gião metropolitana de São Paulo, que abrange 30 municípios e 20,3 milhões de habitantes. Em sua opinião, se não houver descentralização de recursos e integração da administração, não é possível dar uma resposta satisfatória à população. Ela lembrou que a capital paulista, da qual já foi prefeita, está no meio de outras 30 cidades, por isso, segundo ela, não pode ser administrada como é hoje.

Marta refutou afirmações de que sua proposta de criação das faixas metropolitanas tiraria poder de governadores e prefeitos. "A questão não é essa", garantiu. A senadora aproveitou para convidar a sociedade a participar de um seminário



Genaldino Magalhães/Senado Federal

Para a senadora, é preciso rever modelo de gestão das metrópoles

sobre administração das metrópoles, organizado por ela e pela Universidade Mackenzie. O evento acontecerá hoje no próprio estabelecimento de ensino, a partir das 9h. Para a parlamentar, será uma chance de pensar questões importantes sobre o assunto – algo que, como observou, já deveria ter sido feito há mais tempo.

### TV Senado

A TV Senado transmite a partir das 14h, segundo prioridade estabelecida pelo Regimento Interno e pelo Ato 21/09 da Comissão Diretora, a **sessão plenária**. As reuniões realizadas pelas comissões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet ([www.senado.gov.br/tv](http://www.senado.gov.br/tv)) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

## Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço [www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx](http://www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx)

### Segunda-feira

#### Plenário Discursos

14h A sessão plenária não tem pauta de votações e será destinada a discursos de senadores e comunicados da Mesa.

#### CDH 50 anos da Campanha da Legalidade

9h A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa debate os 50 anos da Campanha da Legalidade. Para essa primeira audiência pública, participam o presidente nacional do PDT, André Figueiredo, o presidente regional do PTB-RS, Luís Augusto Lara, e o deputado federal Brizola Neto, entre outros.

#### Rio + 20 Planejamento

18h Audiência pública da Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Rio+20 e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas inicia palestras sobre planejamento do evento. Entre os convidados, o diretor do Instituto de Pesquisa para o Desenvolvimento (IRD), Philippe Léna.

### Terça-feira

#### CCJ Coligações eleitorais

10h Análise da proposta que permite coligações eleitorais apenas nas eleições majoritárias e do projeto que altera o Regimento Interno do Senado para disciplinar a apreciação de autoridades pelas comissões.

#### Congresso Créditos orçamentários

12h Reabertura da sessão conjunta do Congresso, suspensa na quinta-feira, para exame de projetos que solicitam a abertura de créditos orçamentários para vários ministérios e órgãos públicos, no Plenário da Câmara.

#### CDR Transporte coletivo

14h Análise de projeto que institui o Regime Especial de Incentivos para o Transporte Coletivo Urbano e Metropolitano de Passageiros, condicionado à implantação do bilhete único temporal ou de rede integrada de transportes.

#### CI Mobilidade urbana

14h Votação do projeto que institui as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana e do que autoriza o Poder Executivo a criar o Fundo Nacional de Proteção dos Recursos Hídricos.

### Quarta-feira

Feriado

### Quinta-feira e sexta-feira

As sessões serão não deliberativas.

**SESSÕES ON-LINE:** Confira a íntegra das sessões

Plenário: [www.senado.gov.br/atividade/plenario/sessao](http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sessao)

Comissões: [www.senado.gov.br/atividade/comissoes/sessao](http://www.senado.gov.br/atividade/comissoes/sessao)

### MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney

1º vice-presidente: Marta Suplicy

2º vice-presidente: Wilson Santiago

1º secretário: Cícero Lucena

2º secretário: João Ribeiro

3º secretário: João Vicente Claudino

4º secretário: Ciro Nogueira

Suplentes de secretário:

Gilvam Borges\*, João Durval, Maria do Carmo Alves e Vanessa Graziotin

Diretora-geral: Doris Peixoto

Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

### PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de sexta-feira do Senado Federal foi presidida por Marta Suplicy • Jayme Campos • José Pimentel • Paulo Paim

\* Licenciado

### SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita

Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

### AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327

Chefia de Reportagem:

Teresa Cardoso e Milena Galdino

Edição: Moisés Oliveira e Nelson Oliveira

Site: [www.senado.gov.br/agencia](http://www.senado.gov.br/agencia)

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

## JORNAL DO SENADO

### Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333

Editor-chefe: Flávio Faria

Editores: Joseana Paganine, Juliana Steck, Marcio Maturana, Ricardo Westin, Silvio Burle e Suely Bastos

Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves

Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Miquéas D. de Moraes e Pedro Pincer

Reportagem: Cíntia Sasse

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Site: [www.senado.gov.br/jornal](http://www.senado.gov.br/jornal) – E-mail: [jornal@senado.gov.br](mailto:jornal@senado.gov.br)

Tel.: 0800 61 2211 – Fax: (61) 3303-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar – Brasília, DF  
Cep: 70.165 – 920

Impresso em papel reciclado pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações - SEEP

## Vital do Rêgo anuncia manifesto pela abertura da Copa em Brasília

Vital do Rêgo (PMDB-PB) anunciou o lançamento de um manifesto em apoio à escolha de Brasília para sediar a abertura e o jogo inaugural da Copa do Mundo de 2014. O governador do Distrito Federal, Agnelo Queiroz, compareceu à sessão do Plenário durante o comunicado feito pelo senador na sexta-feira.

Brasília é uma das candidatas a sediar o jogo de abertura da Copa do Mundo, em 2014, com o slogan "Brasília 51 anos, a Copa começa aqui". A decisão será anunciada em outubro pela Federação Internacional de Futebol Associado (Fifa).

– Essa data é um dia histórico porque o Senado oficialmente vai lançar um manifesto solicitando à Fifa, à CBF e comunicando ao governo o interesse dos estados federados, aqui representados, de ter a capital, Brasília, como sede da abertura dos jogos de 2014 – disse.

Vital do Rêgo, relator da Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016, também registrou que Brasília é a cidade-sede onde as obras estão mais avançadas.

– Entre todas as obras, Brasília já tem mais de 40% do que qualquer outra sede em execução.

## Simon ressalta força da internet nas mobilizações da sociedade

Pedro Simon (PMDB-RS) saudou os movimentos espontâneos da sociedade contra a corrupção. Ele registrou manifestações programadas para esta quarta-feira, Dia da Independência, em várias capitais.



Pedro Simon

O senador destacou o impacto das redes sociais nesses movimentos e comparou a realidade de hoje com o que aconteceu em 1964, quando, segundo ele, os militares usaram as emissoras de rádio e de televisão, os grandes jornais e a

Igreja para demolir a democracia. Hoje, segundo o parlamentar, é diferente: o povo comunica-se diretamente, pela internet, via redes sociais, e isso produz movimentos sem líderes, como aconteceu no mundo árabe.

– É o povo via internet, redes sociais, falando um para o outro: "Olha, amanhã, meio-dia, em frente ao Palácio".

Simon fez uma conclamação aos cidadãos para que apoiem esses movimentos.

## Jucá: linha Manaus-Boa Vista vai ligar Roraima ao restante do país

O resultado da licitação da linha de transmissão de energia que ligará Manaus a Boa Vista foi anunciado por Romero Jucá (PMDB-RR) na sexta-feira, logo após o leilão. O consórcio vencedor foi o Boa Vista, formado pela Eletronorte e pela Alupar Investimentos.



Romero Jucá

Com a linha, o estado de Roraima será interligado ao restante do país.

– Meu estado deixará de ser um sistema isolado. É uma luta que encampe há alguns anos.

Jucá frisou que atuou pessoalmente para que a Eletronorte participasse do leilão, em função da experiência da empresa.

A linha de transmissão, cujas obras têm prazo de até 36 meses, possibilitará o fim da dependência de Roraima em relação à precária energia proveniente da Venezuela. A interligação, cujas obras devem gerar 3,2 mil empregos diretos, também viabilizará a construção de quatro hidrelétricas no estado.

## Wilson Santiago comemora verba maior para a educação

Wilson Santiago (PMDB-PB) comemorou sexta-feira o aumento de R\$ 8,5 bilhões no investimento em educação, conforme prevê o projeto de Orçamento para 2012. O orçamento do Ministério da Educação, informou, passou de R\$ 63,7 bilhões, em 2011, para R\$ 72,2 bilhões no próximo ano.



Wilson Santiago

O senador ressaltou, porém, que os recursos não chegam a representar 7% do produto

interno bruto (PIB), quando deveriam ser de pelo menos 10%.

Santiago também elogiou o aumento salarial da magistratura, autorizado pela presidente Dilma. Ele ressaltou que a democracia depende do fortalecimento da Justiça e destacou a importância das figuras do promotor, do juiz e do defensor público, concluindo que a medida beneficia a sociedade.



Ao lado de Jorge Viana, Luiz Henrique explica que uma de suas preocupações no relatório foi tornar o código aplicável

## Relator esclarece pontos do novo Código Florestal

Substituto apresentado por Luiz Henrique na CCJ oferece nova redação para trechos polêmicos do Código Florestal de modo a garantir votação tranquila no Senado

O RELATOR DO projeto do novo Código Florestal (PLC 30/11), Luiz Henrique (PMDB-SC), disse que o substitutivo apresentado na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) pretende reduzir os conflitos criados pelos termos do artigo 8º da proposta aprovada na Câmara. O artigo, originado da emenda 164, permite o uso das áreas de preservação permanente (APPs) já ocupadas com atividades agrossilvopastoris, ecoturismo e turismo rural ou com atividades de utilidade pública, de interesse social ou de baixo impacto ambiental.

A afirmação foi feita em audiência da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), na 34ª Expointer, em Esteio (RS), por iniciativa de Ana Amélia (PP-RS) e sob a presidência de Acir Gurgacz (PDT-RO).

Segundo Luiz Henrique, da forma como está, o artigo deixa brechas para o desmatamento. "O substitutivo que apresentei à CCJ elimina essa possibilidade", garantiu o parlamentar.

Para isso, ele alterou a redação do artigo, esclarecendo que o uso de áreas de preservação permanente somente ocorrerá nas hipóteses de utilidade pública, interesse social ou baixo impacto ambiental, ficando autorizada, exclusivamente,

a continuidade de atividades rurais em APPs consolidadas até 22 de julho de 2008. Essa é a data de publicação do Decreto 6.514/08, que regulamentou as infrações contra o meio ambiente.

O texto também acrescenta ao artigo 3º a definição dos conceitos de "utilidade pública", "interesse social" e "baixo impacto ambiental" de modo a orientar a permissão de uso de APPs. Na avaliação de Luiz Henrique, essas medidas criam condições de tornar o artigo 8º aplicável, protegendo o meio ambiente e, ao mesmo tempo, os agricultores.

– Essas alterações poderão evitar os antagonismos gerados pela falta de clareza da redação da emenda. Com a correção, creio que poderemos ter uma votação unânime no Senado e, posteriormente, na Câmara – ponderou.

### Votação

A previsão é de que a proposta seja apreciada pela CCJ ainda este mês. Depois, seguirá para análise de mérito nas comissões de Agricultura (CRA) e de Ciência e Tecnologia (CCT), nas quais Luiz Henrique continua como relator, e de Meio Ambiente (CMA), sob relatoria de Jorge Viana (PT-AC).

### "Desafio é fazer lei que valha", diz Viana

Para Jorge Viana (PT-AC), relator na Comissão de Meio Ambiente (CMA), o novo Código Florestal possui interesse estratégico para o Brasil. Ele ressaltou que o desafio do Congresso Nacional é criar uma legislação que consiga conjugar interesses e que seja efetivamente implementada.

– A lei tem que valer. Atualmente, vivemos um momento de insegurança jurídica na área rural – acrescentou.

Viana também defendeu responsabilidades partilhadas entre União, estados e municípios. "Não podemos tratar de forma igual plantações de café nas encostas de Minas Gerais e populações de beira de rio na Amazônia. Temos de levar em conta a realidade local para encontrarmos o termo justo", disse.

A audiência contou com a participação de deputados federais, entre eles Luis Carlos Heinze (PP-RS) e Ronaldo Caiado (DEM-GO), e de entidades como a Federação da Agricultura do Rio Grande do Sul.

## Rollemberg destaca perfil do desmatamento na Amazônia

O desmatamento acumulado da Floresta Amazônica alcança atualmente 17,5% da área do bioma, com quase metade dessa área convertida em "pastos limpos", destacou Rodrigo Rollemberg (PSB-DF). O senador disse que a mata foi derrubada para "plantio de capim".

Rollemberg salientou que 79,4% do bioma da Amazônia brasileira permanece preservado e explicou que os dados são de estudo feito em parceria entre a Embrapa e o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), com apoio de ministérios, do Banco Mundial e outros órgãos multilaterais, e

lançado na sexta-feira.

O parlamentar destacou que 21% da área desmatada já contém vegetação secundária em estágio avançado de regeneração e cumprindo função no processo de remoção do gás carbônico lançado na atmosfera. Por outro lado, Rollemberg considerou preocupante que 1,6% do desmatamento tenha ocorrido em um só ano – em 2008.

O estudo revela ainda qual o tipo de utilização que as áreas desmatadas passaram a ter. De acordo com o senador, a agricultura produtiva tradicional ocupa apenas 4,9% da



Rollemberg diz que 79,4% do bioma no Brasil permanece preservado

área desmatada. Uma fatia de 3,4% é ocupada por atividades múltiplas, a área urbana representa 0,5% e a mineração está presente em 0,1% do espaço desmatado.

## Humberto Costa: as elites devem financiar a saúde



Humberto Costa (PT-PE) defendeu a aprovação da regulamentação da Emenda 29, que define repasses da União para o

Sistema Único de Saúde (SUS) e a forma como estados e municípios devem aplicar os recursos.

O senador mencionou como possibilidades o retorno da antiga CPMF, mas dessa vez restrita à tributação de grandes valores e a taxação dos juros auferidos em aplicações financeiras por investidores estrangeiros.

– Precisamos convencer a sociedade de que sem dinheiro não se faz saúde e quem deve pagar por isso são as elites econômicas do país – justificou.

Para o senador, “ralos” de desperdício e desvios estão sendo fechados, mas isso não basta para resolver os problemas da saúde, como estaria afirmando a oposição. Para obter mais recursos para a saúde, Humberto Costa defendeu ainda maior taxação sobre cigarros e bebidas, além da totalidade ou de fatia maior do seguro pago pelos veículos automotores, o DPvat.

## Pimentel pede urgência para Simples Nacional



José Pimentel (PT-CE) defendeu a rápida aprovação do projeto que atualiza o Simples Nacional, entre outras

mudanças na legislação tributária. Acatada pela Câmara, a proposta estabelece que o empreendedor individual teria o teto de receita bruta anual elevado de R\$ 36 mil para R\$ 60 mil.

– De acordo com dados do IBGE referentes a 2008, pelo menos 11 milhões de pessoas no Brasil estariam aptas ao empreendedorismo. Este público quer ser formal e precisa crescer. Hoje, já estamos chegando a 1,5 milhão de empreendedores individuais formalizados – disse.

Quando o Simples Nacional foi criado, em 2007, havia 1,37 milhão de micro e pequenas empresas. Hoje elas somam 5,4 milhões, ressaltou.

– Desde então, a quase totalidade dos 39,5 milhões de brasileiros que ascenderam para a classe média trabalham ou dependem desse setor – observou.

Presidente da Comissão Mista de Orçamento diz que remanejamento de recursos para aumento do Judiciário não vai prejudicar programas sociais

## Vital do Rêgo, da CMO: “A bola agora está conosco”

O PRESIDENTE DA Comissão Mista de Orçamento (CMO), senador Vital do Rêgo (PMDB-PB), afirmou na sexta-feira que os recursos disponíveis na proposta de Orçamento da União de 2012 são escassos para absorver todas as demandas. Cerca de 80% dos R\$ 2,1 trilhões do próximo Orçamento estão vinculados a determinadas despesas e programas, como rolagem da dívida, pagamento do funcionalismo e transferências obrigatórias.

Mesmo assim, ele apoiou a decisão da presidente Dilma Rousseff de encaminhar ao Congresso a proposta do Judiciário e do Ministério Público Federal de reajuste dos salários de seus servidores.

– Essa demanda é antiga e a presidente agiu corretamente ao respeitar a autonomia dos Poderes; a bola agora está conosco, afirmou.

Vital descartou qualquer prejuízo para saúde, educação e erradicação da miséria,



Senador aponta que prorrogação da DRU tem prazo até 31 de dezembro

causado por um eventual remanejamento de recursos para atender a demanda do Judiciário e do MP. Na mensagem ao Congresso, Dilma Rousseff advertiu que essas áreas poderiam ser afetadas.

Segundo o senador, o relatório de receitas – em que são avaliadas as estimativas de arrecadação federal – poderá indicar recursos suficientes para custear o aumento de salários

dos servidores, estimado em R\$ 7,7 bilhões no próximo ano.

O senador reconheceu, no entanto, que o Orçamento de 2012 será um dos mais difíceis, devido ao contexto da crise internacional. Outro problema, na sua avaliação, é que a proposta do Executivo inclui os valores da Desvinculação de Receitas da União (DRU), cuja prorrogação ainda não foi votada pelo Congresso.

A DRU desvincula 20% da receita tributária da União, dando ao governo mais liberdade para distribuir os recursos do Orçamento entre os programas que julgar prioritários. Segundo o governo, a DRU é responsável por cerca de 60% do total dos recursos que a União tem liberdade de gastar.

Conforme o artigo 76 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, a DRU só vale até 31 de dezembro de 2011. Se não for prorrogada, os recursos por ela liberados não poderão integrar o Orçamento de 2012.

## Dilma envia ao Congresso reajuste para Judiciário

“Em respeito ao princípio republicano da separação dos Poderes”, a presidente Dilma Rousseff encaminhou ao Congresso proposta de aumento salarial para o Judiciário e o Ministério Público Federal.

Com impacto estimado de R\$ 7,7 bilhões, o aumento não foi incluído no projeto de Orçamento para 2012 devido, segundo Dilma, ao quadro de

incerteza da economia mundial. A presidente optou por encaminhá-la separadamente.

Para Dilma, é “indispensável que o Brasil mantenha uma realidade fiscal responsável que lhe permita lidar com sucesso com eventuais situações de crise”. Um aumento excessivo na despesa primária do governo central traria “insegurança e incerteza” sobre a evolução

da economia em um contexto internacional adverso, disse.

Na mensagem, lida na sexta-feira por Paulo Paim (PT-RS), Dilma adverte que a inclusão no Orçamento de “propostas grandes de reestruturação” para o funcionalismo federal prejudicaria a “efetiva implementação de políticas públicas essenciais”, como as de saúde, educação e erradicação da miséria.

## Walter Pinheiro aprova redução de taxa de juros

Walter Pinheiro (PT-BA) considera correta a redução, em 0,5 ponto percentual, da taxa básica de juros. Para o senador, a decisão do do Banco Central (BC) foi baseada nas necessidades de controle da inflação e de crescimento econômico. Ele afirma que a medida não foi tomada após pressões do governo.

– O BC não é um pêndulo que se move a partir dos interesses de quem quer que seja – disse.

Segundo Pinheiro, o BC pretende que a queda dos juros estimule o mercado interno e tenha impacto na variação do dólar.

Ele declarou que o governo enviou o proposta de Orçamento para 2012 atento à necessidade de enfrentar a crise internacional sem reduzir a capacidade de investimento.



Walter Pinheiro

## Paim compara reajustes de mínimo e aposentadorias

A previsão de salário mínimo de R\$ 619,21 a partir de janeiro de 2012 foi comemorada por Paulo Paim (PT-RS). O senador elogiou a fórmula de reajuste que “garante ganho real ao piso nacional”, mas lamentou que esse aumento corresponda a 2,4 vezes mais que o “defasado” reajuste inflacionário das aposentadorias e pensões do Instituto Nacional de Seguro Social (INSS).

A falta de integralidade e paridade em relação ao pessoal ativo é um dos problemas enfrentados por aposentados, assim como a redução nos benefícios pela aplicação do fator previdenciário. Paim citou documento que recebeu do empresário de Caxias do Sul (RS) demandando ainda o aperfeiçoamento da política de desoneração da folha de pagamento.



Paulo Paim

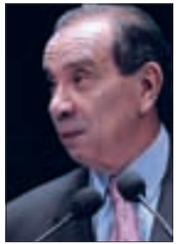
## Aloysio Nunes rejeita o retorno da CPMF

Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) disse que está preocupado com declarações da presidente Dilma Rousseff.

A seu ver, ela insinuou o retorno da Contribuição Provisória sobre Movimento Financeira (CPMF), apesar de, como candidata, ter defendido a regulamentação da Emenda 29 – que determina a aplicação de percentuais mínimos de recursos pelos entes da federação na saúde – e prometido aumentar o orçamento da área sem majorar tributos.

Na avaliação do senador, a União está reduzindo os investimentos em saúde e a responsabilidade pela área tem sido assumida pelos municípios. A Constituição exige que os municípios apliquem pelo menos 15% do Orçamento em saúde, mas muitos prefeitos investem mais que esse percentual.

– Aos poucos a União vai saindo devagarzinho, pé ante pé, da sua contribuição nos gastos com saúde nos três níveis da Federação – afirmou.



## ANS incentiva a prevenção, elogia Jayme Campos

Jayme Campos (DEM-MT) elogiou a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) pela Resolução Normativa 265/11, que incentiva a participação dos beneficiários de planos de saúde em programas de promoção da saúde e do envelhecimento ativo, podendo oferecer descontos nas mensalidades aos clientes que aderirem.

A norma inverte a lógica do setor, pautada pelo tratamento da doença e não pela prevenção. – É uma tacada de mestre. Prevenir é sempre mais barato que remediar – afirmou.

Na proposta da ANS, o beneficiário que aderir a algum programa desse tipo poderá ter o desconto, sem discriminação por idade ou doença preexistente.

De acordo com Jayme Campos, a resolução da ANS ficou em consulta pública por 30 dias e recebeu mais de 14 mil contribuições, 70% delas encaminhadas por usuários de planos de saúde.



## CPI sugere ao Ecad criar regionais

A criação de unidades regionais do Escritório Central de Arrecadação e Distribuição (Ecad), começando por Macapá, foi defendida por Raul Rodrigues (PSOL-AP) para aproximar a entidade das realidades locais

e aumentar a transparência. Em debate da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Ecad, na sexta-feira, na Assembleia Legislativa do Amapá, promotores culturais manifestaram indignação com a entidade,

mas em geral defenderam que o escritório continue existindo. Nereu Silveira, gerente de unidade do Ecad no Distrito Federal, provocou revolta ao afirmar que a inadimplência no Amapá chega a 50%.

Ivo Canutti, da Associação de Promotores de Eventos Artísticos e Culturais do Amapá, contra-atacou queixando-se das taxas elevadas.

Lindbergh Farias (PT-RJ) também participou do debate.